

O jornal *Combate* e o desenvolvimento das lutas autonomistas dos/as trabalhadores/as portugueses/as na Revolução dos Cravos (1974-1978)

Danúbia Mendes Abadia *

Resumo: O golpe realizado pelo Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974 marcou o fim de 48 anos de regime fascista em Portugal. No entanto, logo após o 25 de Abril, a reorganização das novas estruturas de poder e a retomada do processo de acumulação do capital no país eram desestabilizadas por um vasto processo de auto-organização dos/as trabalhadores/as. O desenvolvimento das diferentes lutas nas empresas, nos bairros e nas colônias portuguesas, foram acompanhadas pelo coletivo que organizou, no período, o jornal COMBATE; foi a partir do acompanhamento das lutas autonomistas que tomavam lugar no processo da revolução que o COMBATE pode diagnosticar, in loco, a processualidade no modo de desenvolvimento do capital, assim como as diversas formas de organização autônoma da classe trabalhadora.

Palavras-chave: autogestão, Portugal, lutas sociais, jornal *Combate*

Abstract: The coup realised by the Movement of the Army Forces in 25th april 1974 marked the end of 48 years of fascist regime in Portugal. However, immediatly after april 25th, the reorganization of the new power structures and the resumption of the process of acumulation of capital in the country were unstable because of a big process of self-organization of the workers. The development of the differents struggles in the enterprises, in the neighborhoods and in the portuguese colonies, were followed by the collective that was organising the newspaper COMBATE at that time; from the process of following the autonomists struggles which were taking the place in the revolution process that the COMBATE can dignose, in loco, the processuality mode of the capital development, and so on the many ways of organization of the autonomy worker class.

Keywords: self, portugal, social struggles, *Combate* newspaper

Esse artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado onde tento compreender como as lutas autônomas dos/as trabalhadores/as portugueses/as desencadearam relações sociais de produção de novo tipo em meio a Revolução dos Cravos, isto é, através das páginas do jornal *Combate* é possível acompanhar o processo de auto-organização dos/as trabalhadores/as portugueses/as no período de 1974-1978.

Nos 48 anos anteriores ao dia 25 de Abril de 1974, Portugal teve como estrutura dominante a política de Antônio Oliveira Salazar que, como afirma João Bernardo,

*Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás e bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa e desenvolvimento, CNPq-Brasil.

o ministro Salazar progressivamente adquiria a autoridade absoluta, e o proletariado industrial era demasiado escasso. O regime fascista de Salazar implantou-se num país agrícola onde o subemprego era estrutural e proliferavam mendigos e onde os campos enviavam para as cidades uma parte de sua mão-de-obra excedente (2003, p.154).

O tipo de fascismo de Salazar era a forma que melhor se adaptava a um país subdesenvolvido. O salazarismo tinha como base a aliança do capital financeiro-colonial e do capital agrícola; sua política destinava-se a enfraquecer o movimento operário em Portugal e o controle da exploração nas colônias portuguesas.

No ano de 1968, Antônio Salazar cai de uma cadeira e a partir daí fica impossibilitado de seguir no governo. Nesse mesmo ano, Marcelo Caetano¹, um professor universitário de Lisboa, assume o cargo de Primeiro Ministro de Portugal. A ascensão de Caetano criou grandes expectativas quanto a uma evolução gradual do regime fascista rumo a uma democracia de tipo ocidental, no entanto, Portugal, ao contrário de alguns países europeus, não tinha infra-estruturas econômicas e sociais para garantir o funcionamento das estruturas sociais democráticas. A isso se relacionam as lutas desenvolvidas pelos/as trabalhadores/as e pelos/as estudantes e os conflitos no interior das forças armadas como preponderantes na materialização do golpe de 25 de Abril.

Entre as várias causas, a questão da guerra colonial é decisiva para compreender a gênese e a formação do Movimento das Forças Armadas (MFA). Como afirma Ferreira,

Se é certo que a identidade de Portugal e a estabilização de um espaço nacional homogêneo nos domínios cultural, econômico e social resultaram em grande medida da espoliação de matérias-primas e recursos humanos das suas colônias durante cerca de cinco séculos, também não é menos verdade que a manutenção histórica dessa relação entre colônias e metrópole foi protagonizada essencialmente pela instituição militar (1997, p.159)

A lógica da industrialização portuguesa na década de 1960 não tinha condições de transformar as matérias-primas vindas das colônias em produtos acabados para a exportação, o que impossibilitava concorrer com as outras indústrias. Junto a isso, a emigração em massa de mão-de-obra portuguesa para os países capitalistas dominantes², a situação dos/as trabalhadores/as portugueses/as, que já vinham se mobilizando anos antes do golpe de Abril,

1 Ao que tudo indica, Marcelo Caetano queria apenas empreender todo um conjunto de reformas que modernizassem o país, mas que não punham em causa, pelo menos a curto prazo, nem o regime, nem a guerra colonial. Ver CARVALHO, Rita de Almeida. In. *A transição falhada, o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Coordenação, Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira. Notícias Editorial. Lisboa, 2004, p.73.

2 Por causa da emigração, Portugal foi o único país da Europa a sofrer um decréscimo populacional na década de 1960. Em média, emigravam 100.000 pessoas por ano. O governo beneficiava-se desse processo, onde os emigrantes representavam cerca de 7,5 a 10% do PIB. Ver CORKILL, David. *O desenvolvimento econômico português no fim do Estado Novo*. In. *A transição falhada, o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)* Coordenação - Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira. Notícias Editorial. Lisboa, 2004. p.213-232.

os altos custos da guerra colonial e a debilidade no setor industrial, provocaram um déficit da balança de pagamentos e um aumento considerável da inflação. Assim, como afirmam Santos, Lima e Ferreira,

o impasse econômico, ideológico e político, as sucessivas comissões militares nas colônias, o isolamento internacional, o aumento acelerado dos custos de vida e o sentimento de descontentamento crescente das massas populares apressam a tomada de consciência, por parte dos quadros médios das Forças Armadas, da mistificação que se rodeia a justificação da guerra colonial e da impossibilidade de solução militar (1976: 20).

O golpe de 25 de Abril foi pensado e executado por oficiais do exército organizados no MFA. Segundo Lúcia Bruno, *o golpe decorreu da necessidade que as classes dominantes sentiram em remodelar as instituições governamentais e o próprio governo* (1989, p.1). O movimento reivindicativo dos militares era essencialmente de natureza corporativa e profissional. Só é possível discernir a sua evolução se articulamos a contestação dos militares com os fenômenos de crise que atravessavam a sociedade portuguesa. Como sugere Ferreira, 1997, p.163, *em paralelo, o movimento social originado pelas greves operárias e as "feridas" da guerra colonial produziam clivagens no seio da classe dirigente.*

O regime português já vinha realizando a abertura ao capital estrangeiro desde meados da década de 1960. O projeto de mudança liberal firmava-se na estratégia de desenvolvimento econômico e social, alçada pela aceleração do crescimento e dos investimentos para a modernização do país. Para isso, seriam necessárias políticas prioritárias para aumentar a produtividade, abrirem-se aos mercados desenvolvidos e efetivar-se a liberalização interna. As classes capitalistas tinham a noção de que para isso seria requerida “uma maior *democraticidade interna e de participação social*”; assim, para estas classes, seria bem vinda uma remodelação do regime, adequando suas instituições políticas às novas necessidades do processo de acumulação capitalista em Portugal.

No entanto, o papel que o Movimento das Forças Armadas (juntamente com elementos dos partidos políticos e organizações sindicais que formaram os governos provisórios) exerceu, foi o de garantir a acumulação e a exploração do sistema capitalista em novas condições, aquelas do capitalismo monopolista. O golpe de Abril insere no país um novo padrão de acumulação do capital em que aos poucos a economia portuguesa vai passando do capitalismo privado para o capitalismo de bases estatais. É nesse contexto que destacamos o coletivo que organizou, no período da revolução, o *Jornal Combate*³ pois foi

3 A iniciativa da criação do *Combate* deveu-se a João Bernardo, Rita Delgado e João Crisóstomo, membros de uma pequena organização clandestina com orientação leninista-maoísta, os Comitês Comunistas Revolucionários (CCR), tinham atuação em algumas empresas e associações operárias e no movimento estudantil. No entanto, a derrota da Revolução Cultural chinesa e a aproximação efetuada entre os governos

este jornal quem melhor diagnosticou *in loco* essa processualidade no modo de produção capitalista em Portugal.

Em 21 de junho de 1974, junto com a primeira edição do jornal, foi lançado o manifesto programático do coletivo **Combate**. O objetivo principal do *Combate* era o de divulgar as lutas da classe trabalhadora e as suas formas organizativas, tanto na indústria e no comércio como nos campos do norte e do sul do país, sem esquecer o movimento nos bairros e no campo, e os processos de resistência que se desenrolavam em outros países, especialmente os movimentos de libertação das colônias portuguesas na África. Além disso, o periódico autonomista dava todo o relevo possível às lutas contra a disciplina militar, o que era significativamente importante num contexto em que as forças armadas se encarregavam diretamente do governo e gozavam o enorme prestígio de haverem derrubado o fascismo.

O desenrolar da revolução portuguesa foi acompanhado pelo coletivo do jornal que, através de seus editoriais e manifestos, analisava o processo que se desenvolvia em Portugal no que se refere ao caminhar da revolução, ou seja, a transição do capitalismo privado para o capitalismo estatal, assim como criticava a atuação de grupos e partidos de esquerda como empecilhos à luta autônoma dos trabalhadores.

O olhar sobre a Revolução dos Cravos expresso pelo *Combate* era de crítica ao processo guiado pelo Movimento das Forças Armadas que afastou as “massas trabalhadoras” tanto no momento da Revolução como do processo que se desenrolou posteriormente. Do manifesto inaugural do *Combate* assim se definia a “revolução” em curso:

O 25 de Abril não assentou em formas organizacionais produzidas na luta dos trabalhadores, mas sim nos oficiais do exército, numa organização burguesa rigidamente constituída que nada tem a ver com a nossa luta. E nem podia ser de outra maneira, pois o golpe de 25 de Abril não se integra na luta dos trabalhadores contra o capitalismo, e sim nas tentativas dos capitalistas para continuarem a exploração dos trabalhadores em novas condições (Manifesto do Combate, 21/06/74).

A partir do discurso de oposição ao Movimento das Forças Armadas e a conciliação institucional das esquerdas nos vários governos provisórios, o coletivo **Combate** diagnosticava nesse quadro a evidência formal das práticas de capitalismo de Estado; para o *Combate*, o 25 de Abril foi a data decisiva para a generalização do capitalismo de Estado em Portugal (Editorial nº 37, 05/03/76). Na concepção desse jornal, o Estado é um elemento chave da estratégia do capital. O Capitalismo de Estado

da China e dos Estados Unidos haviam dado lugar a acesas polémicas no interior dos CCR e à formação de uma tendência que passara rapidamente da crítica ao maóismo à crítica ao próprio leninismo e que começara a defender uma orientação de caráter marxista libertário.

representa mais do que um sistema de propriedade; significa uma forma particular de gerir a economia. O principal no capitalismo de Estado é que a economia é gerida centralizadamente, portanto planificadamente; as organizações governamentais no sentido restrito, ou então as instituições administrativas, no sentido mais largo, têm nessa gestão um papel cada vez mais importante; as funções de gestão, e, portanto de controlo da economia são cada vez menos executadas pelos capitalistas privados e mais a cargo de uma classe especial de gestores, tecnocratas e burocratas. A propriedade do Estado não é uma causa destas transformações econômicas, mas uma consequência (...). O capitalismo de Estado é, portanto uma forma de desenvolvimento do capitalismo. Não é algo exterior ao capitalismo, que se imponha a ele. É o próprio capitalismo na fase contemporânea do seu desenvolvimento (idem).

A administração estatal da economia para o *Combate* é realizada pela "classe especial de gestores, tecnocratas e burocratas", funcionando como "uma terceira classe" que no capitalismo de Estado configura-se como a classe dominante. Segundo João Bernardo, é preciso verificar as transformações no interior do campo de exploração,

E aí o problema central reside no novo equilíbrio social originado pelo desenvolvimento das condições gerais de produção. Esta é a terra mãe dos gestores, o ponto onde melhor se afirma a sua coesão de classe, o núcleo mais sólido que em volta de si polariza os restantes elementos da classe (1977 : 49).

No caso português, a mudança na base do capitalismo privado para o desenvolvimento do capitalismo de Estado, tem nos gestores o centro de sua administração, e estes representam o papel de organização dentro do sistema produtivo. Como afirma João Bernardo⁴, o marxismo das forças produtivas fundamenta o *Capitalismo de Estado*, já que o processo revolucionário limitou-se a estender ao mercado do livre arbítrio os fundamentos organizativos da racionalidade administrativa do espaço produtivo. Não se definem aqui relações sociais de novo tipo. Reproduzem-se societariamente as mesmas formas de poder existentes no capitalismo, só que agora, esse poder passa a ser controlado institucionalmente pelas representações políticas formais da classe operária, isto é, os Sindicatos e/ou o poder dos Partidos Comunistas, tal como nas experiências históricas do socialismo contemporâneo. Nesse momento, a classe operária não encontra mais apenas a burguesia como antagonista de classe, encontra agora também, a classe dos *gestores* (a burocracia dos sindicatos, dos partidos e das empresas estatais).

Para o *Combate*, os partidos e sindicatos aparecem como elementos chave no enquadramento das lutas autônomas em Portugal; em seu 33^a Editorial, o jornal argumenta que

4 PINTO, João Alberto da Costa. **A propósito do marxismo de João Bernardo.** In. Revista Espaço Acadêmico N° 43, dezembro de 2004. Acessado em 27 de outubro de 2008. <http://www.espacoacademico.com.br/043/43cpinto.htm>

Face à repressão que se abate sobre o movimento operário autônomo, os partidos permanecem silenciosos. Quando as tempestades se aproximam, os partidos só pensam em defender os aparelhos burocráticos, garantia da sua força na luta entre os vários setores políticos pela repartição da mais-valia. Este silêncio prova a quem não queria acreditar que os partidos não só são inúteis para o movimento proletário, como são agentes activos da construção do capitalismo de Estado. (Editorial nº 33, 26/12/75)

Nesta perspectiva, as lutas dos/as trabalhadores/as portugueses/as adquirem um papel relevante na análise do momento histórico que se abre com o golpe de 25 de Abril. Segundo Phill Miler,

o golpe de 25 de Abril libertou forças que teve depois dificuldade em controlar; Após o golpe sucedeu-se uma revolução política. Um novo setor da classe dirigente tinha assumido o poder ao ver que seus interesses se encaixariam melhor numa democracia burguesa moderna que no fascismo português (1978, p.69).

Logo após o levante militar, o mundo empresarial e o poder militar recém instituído no governo viram-se surpreendidos por uma “onda” de movimentos coletivos e ativos, em que diversas experiências de greves, ocupações de fábricas, expulsão (saneamentos) dos encarregados, chefes, diretores e proprietários, além de uma série de lutas desenvolvidas no campo e nos bairros, o que demonstra um vasto processo de auto-organização levado a cabo pelos/as trabalhadores/as.

O contra-poder que se delineava no país a partir das lutas nos locais de produção, adquiriu em muitos casos o carácter de autogestão. Isso se verifica em muitos movimentos, como está presente no comunicado de greve da EFACEC-INEL, citado pelo Jornal *Combate*: *Essa é a grande vantagem da nossa forma de luta. Somos nós, os trabalhadores, que a conduzimos e a estudamos a cada momento, para podermos saber qual o modo de atuação que mais nos interessa. Assim nós aprendemos*” (Combate, Ano 1, n.4, 19 a 25 de julho de 1974).

Como a EFACEC-INEL, muitas outras experiências de autogestão foram experimentadas no país. Segundo dados apresentados por Lúcia Bruno, em agosto de 1975 cerca de 308 empresas na área urbana estavam em autogestão (1987:36). Esse processo de transformação das relações sociais de luta em novas relações sociais de produção significa que, nas lutas autônomas, a sua forma é mais importante que o conteúdo; quer dizer, os momentos de ruptura com as relações típicas do capitalismo carregam a necessidade de reorganização da sociedade e do poder, a resignificação do espaço da cidade e da produção da vida social.

Assim como as movimentações nas fábricas portuguesas, no campo, logo após o 25 de Abril, as lutas tinham mais um aspecto reivindicativo, no entanto, os proletários rurais foram

por outra via, começaram a ocupar terras. O Movimento de lutas, ocupações de terra, resultou, em 1976, na constituição de um total de 449 unidades coletivas de produção e cooperativas. O desenvolvimento da economia portuguesa exigia a dinamização da agricultura (diminuição das importações e um aumento das exportações), o que fez surgir diversos projetos governamentais e partidários com a perspectiva de institucionalização das lutas no campo.

No caso das lutas desenvolvidas nos locais de moradia, temos novamente um vasto movimento autônomo, fora da produção. A sua importância não decorria das reivindicações em si mesmas, como o direito à moradia, à condições de vida mais dignas, o que implicava no questionamento direto da propriedade capitalista e das condições de vida dos/as trabalhadores/as neste contexto.

O *Combate* ressalta as formas de organização criadas no decorrer da luta, e afirma que essa era a possibilidade de unir a luta nos bairros com as outras lutas, nas fábricas e no campo português. As comissões de moradores, eleitas nos processos de ocupação das casas, as discussões coletivas sobre os problemas da habitação e do consumo, a criação de centros culturais e de jornais e bairro, pré-figuravam formas autogestionárias do social pelo coletivo dos/as trabalhadores/as, através de suas instituições autônomas.

A partir do acompanhamento da organização por comissão, fica evidente que a organização dos/as trabalhadores/as surge no próprio processo da luta e se desenvolve na medida em que esta avança, quer dizer, não basta eleger comissões de trabalhadores/as se estes/as não a controlam diretamente. Os/as trabalhadores/as não devem lutar por delegação, mas pela democracia operária e pelo controle direto da produção e da gestão das lutas. As comissões dos/as trabalhadores/as, no entendimento do *Combate*, são as vias institucionais de realização da autogestão da produção. É então a partir dessas novas relações que se estabelece um ponto de partida para novos desdobramentos da radicalização das lutas, onde a autogestão

(...) significa serem os próprios trabalhadores a gerirem e organizarem globalmente a produção e o trabalho da empresa. Autogestão é uma forma bem avançada de luta em que os trabalhadores por si só organizam o trabalho, podendo acabar com as hierarquias, impor novos horários de trabalho, organizar de outra forma a produção, criando entre si novas relações e avançando no caminho da democracia operária (Editorial nº 18, 28/02/75).

A auto-organização das lutas em Portugal atingiu grande parte da classe trabalhadora, porém, o *Combate* parte da análise de que é impossível atingir um processo mais amplo de transformação se essas práticas mantiverem-se isoladas; a prática da autogestão implica necessariamente na sua generalização e na desestruturação permanente do Estado e de todas as instituições do capitalismo. O processo português demonstrou aos trabalhadores que não se

trata de trocar uns dirigentes por outros, de operar com formas gerenciais mais ou menos democráticas, de transformar a propriedade privada pela estatal.

A autogestão só tem sentido se alterar o sentido do próprio trabalho, tornando-o tão importante quanto a participação política nos assuntos do bairro e da cidade. Como afirmou Marx, *luta econômica e luta política estão unificadas, pois a dominação política dos trabalhadores pressupõe o fim da sua escravidão social* (Marx e Engels, 1986, p. 75). É nesse sentido que o jornal *Combate* afirmava que a emancipação dos/as trabalhadores/as só será possível se realizada pelos/as próprios/as trabalhadores/as. Assim, é possível assinalar que o jornal *Combate* se expressa enquanto importante registro de divulgação e acompanhamento das lutas sociais desenvolvidas na Revolução dos Cravos, e que têm seu fim junto com o declínio das iniciativas autônomas da classe trabalhadora, encerrando-se em fevereiro de 1978 com a publicação (copiografada) da sua última edição.

A partir da trajetória do coletivo *Combate*, observamos os mecanismos através dos quais o capitalismo em Portugal se reorganizou, durante a revolução, em capitalismo de Estado. Assim, a experiência portuguesa entre 1974 e 1978, mostra que a atividade revolucionária emerge no decurso da própria luta, e que a não unificação e expansão das lutas para além das fronteiras portuguesas acabou por determinar a integração subordinada, ou melhor, a assimilação dessa nova estrutura em desenvolvimento pela estrutura capitalista.

Referências Bibliográficas

- BERNARDO, João. *Labirintos do Fascismo. Na encruzilhada da ordem e da revolta*. Edições Afrontamento/Porto, 2003.
- BERNARDO, João. **Marx, crítico de Marx** – livro primeiro. Epistemologia, classes sociais e tecnologia em “O Capital” - Afrontamento/Porto, Agosto 1977.
- BERNARDO, João. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Edições Afrontamento/Porto, Agosto 1974.
- BRUNO, Lúcia. **Portugal: O COMBATE pela autonomia operária** - dissertação de mestrado, Lúcia Bruno - 1983.
- COMBATE. *Capitalismo Privado ou Capitalismo de Estado Não É Escolha!* (Manifestos e Editoriais do *Combate*). Porto: Afrontamento, 1975.
- FERREIRA, José Maria Carvalho. *Portugal no contexto da “transição para o socialismo”: história de um equívoco*. Blumenau: Editora da FURB, 1997.
- MAILER, Phil, *Portugal: Revolução Impossível?* Porto: Afrontamento, 1978.
- SARDÁ, Maurício de Faria. **AUTOGESTÃO, COOPERATIVA, ECONOMIA SOLIDÁRIA: avatares do trabalho e do capital**. Tese de doutoramento em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis-SC, 2005.
- Jornal *Combate*, do Ano I, 19 a 25 de julho de 1974 ao Ano IV, fevereiro de 1978. In. Coleção *Combate* (CD Room).
- VIANA, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. Edições Germinal. Goiânia- Goiás, 1998.